



Ata da 333ª, trecentésima trigésima terceira, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ de forma remota utilizando-se o link Google Meet em atendimento às determinações legais de prevenção à Covid-19, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria, Carlos Augusto Zani, Dayane Lisboa Azevedo, Danielle de Paula, Evandro Paulino de Araújo, José Edson Silva Souza, José Ricardo Vinhas, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Renata Ramos Vieira, Reynaldo Bueno Prianti Neto e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Braulio Elieser Santos da Silva, este justificado, e Carlos Alberto Abreu dos Santos. Também participaram da reunião a diretora do departamento de benefícios Sandra Pereira Rossi, a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco Caluza e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina. A reunião teve início às 9h05 A reunião foi conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a pauta do dia conforme a convocação, assim, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata 332ª Reunião Ordinária. A presidente comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Agosto/2022). O balancete do mês de Agosto/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Julho, e o IPMJ referente a competência de Agosto, que totalizou o valor de R\$ 2.091.338,61 (dois milhões, noventa e um mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos), com um acumulado de R\$ 17.364.410,56 (dezessete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e seis centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 16.541,04 (dezesseis mil, quinhentos e quarenta e um reais e quatro centavos), acumulando o valor de R\$ 149.542,18 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais, e dezoito centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos (fichas 9 e 10), esclarecendo que ambos os parcelamentos foram em 60 vezes estando um na parcela 35 e o outro na parcela 54. Foram apresentados os valores lançados como Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de agosto registrou-se movimentação dos fundos de renda fixa e títulos públicos no valor de R\$ 5.371.954,18 (cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), desta forma a receita patrimonial acumulou o montante de R\$ 41.086.001,27 (quarenta e um milhões, oitenta e seis mil, um real e vinte e sete centavos), esclarecendo que no mês de agosto houve o recebimentos de juros referente aos títulos públicos e o resgate dos títulos que



venceram no dia 15/08. Em decorrência das baixas referente a falecimentos, houve o recebimento de Restituição de Benefícios Previdenciários, sendo registrado o valor de R\$ 8.958,90 (oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) referente a devolução de benefício, gerando um acumulado de R\$ 833.469,30 (oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o valor bruto contabilizado foi de R\$ 517.542,86 (quinhentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), totalizando um acumulado de R\$ 4.069.675,97 (quatro milhões, sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos). Destacou ainda o registro dos honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ, apresentando também as receitas intraorçamentárias com destaque a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 2.326.971,35 (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos), com acumulado de R\$ 18.838.130,78 (dezoito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e trinta reais e setenta e oito centavos), a assessora observou o repasse refere-se à contribuição patronal de 16% de alíquota e ocorreu conforme as competências da contribuição de servidores. Esclareceu que ainda não houve a atualização dos novos acordos, devido a atualização da Secretaria de Previdência, assim apenas um dos acordos de parcelamento está conforme a Emenda 113 estando os demais sob análise quanto a forma de lançamento no sistema, desta forma a Prefeitura executou os pagamentos dos acordos vigentes, sendo registrado o valor de R\$ 1.362.808,61 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oito reais e sessenta e um centavos), gerando um acumulado de R\$ 11.551.013,11 (onze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, treze reais e onze centavos). Referente à alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) no balancete do mês de Agosto/22 a alíquota foi de 18,01%, totalizando no mês o valor de R\$ 2.619.297,11 (dois milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentos e noventa e sete reais e onze centavos), acumulando o valor de R\$ 19,646.269,45 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 14.316.905,65 (quatorze milhões, trezentos e dezesseis mil, novecentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos), com um acumulado no ano de R\$ 113.609.407,59 (cento e treze milhões, seiscentos e nove mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos). Das receitas extra orçamentárias explicou que o relatório está mais extenso em decorrência de adequações contábeis exigidas pelo sistema AUDESP/Tribunal de Contas, esclareceu que se tratam de valores retidos para repasse aos destinatários posteriormente. Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhado, liquidado, pago e a pagar; apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias (inativos, pensionistas, COMPREV e Obrigações sobre Valores Mobiliários/PASEP). Apresentou a ação de despesas administrativas, destacando as despesas e encargos com pessoal, registrando o valor de R\$ 168.031,90 (cento e sessenta e oito mil, trinta e um reais e noventa centavos), despesas com a manutenção do gabinete da Diretoria Executiva do IPMJ, que totalizou no período o valor de R\$ 127.258,61 (cento e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um



centavos), despesas com manutenção predial e veicular no valor de R\$ 142,50 (cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), encerrando o mês com o total de despesas empenhadas de R\$ 10.337.748,65 (dez milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), no ano o valor de R\$ 80.449.964,73 (oitenta milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos). Apresentou o Resumo do Balanço Financeiro com os dados financeiros e patrimoniais, conforme as normas contábeis. Explicou o Extrato da Movimentação das Disponibilidades de Recurso, descrevendo os registros dos resgates e aplicações ocorridos no período, totalizando R\$ 620.598.051,81 (seiscentos e vinte milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, cinquenta e um reais e oitenta e um centavos), sendo que R\$ 8.082.364,40 (oito milhões, oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) estavam reservados para a folha de pagamento dos aposentados para no dia primeiro do mês, representando a parte financeira da carteira do instituto o valor de R\$ 612.515.687,41 (seiscentos e doze milhões, quinhentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos) que também é composta pela parte de rendimentos, que é lançada contabilmente como patrimônio. Apresentou o Extrato da Movimentação das Disponibilidades de Recurso com todas as movimentações financeiras (aplicações e resgates) ocorridas durante o mês de Agosto/22, atendendo as demandas do comitê de investimento e a diretoria executiva, destacando que houve o pagamento de juros das vértices/vencimento do papel pares de títulos públicos, reconhecimento de rendimento de 2022, reconhecimento de rendimento de aplicação da taxa de administração que estava aplicada em títulos públicos para maior rentabilização, esclarecendo ainda as movimentações no valor de R\$ 546.659,17 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos) - Reconhecimento de rendimentos Santander RF Referenciado OI Institucional Premium FIC FI e de R\$ 100.941,84 (cem mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos) - Reconhecimento de rendimentos Santander RF Referenciado OI Institucional Premium FIC FI TxAdm, além do resgate no valor de R\$ 20.008.300,00 (vinte milhões, oito mil e trezentos reais) - Resgate Parcial BB Institucional FI RF, sendo que parte deste valor foi utilizada para a compra de mais títulos públicos, com objetivo de proteger ainda mais a carteira de investimentos do instituto, destacando que as movimentações são analisadas e estudadas pelo comitê de investimentos. No Relatório Despesa Paga por Tipo de Despesa, que foi conferido pelo conselho fiscal que verifica as despesas, as notas de pagamento, e a utilização de cada item, verificou-se de forma resumida tudo que foi registrado no relatório. Observou-se o relatório quanto a taxa de administração e a execução orçamentária, as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias empenhadas que totalizou o valor de R\$ 10.179.188,01 (dez milhões, cento e setenta e nove mil, cento e oitenta e oito reais e um centavo), apresentou ainda as despesas referente a Taxa de administração, com despesas com cesta básica, diárias, estagiários, formação dos servidores, obrigações patronais, obrigações tributárias, outros serviços de pessoas jurídicas, serviços de consultoria, vale refeição, vencimentos e vantagens fixas/pessoa civil, totalizando com taxa administrativa o



valor de R\$ 333.532,98 (trezentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), totalizando em despesas o valor de R\$ 10,512.720,99 (dez milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e vinte reais e noventa e nove centavos). A assessora apresentou o Relatório Gerencial, destacando a importância do acompanhamento da taxa administrativa, que representa 1,50% de todo valor de contribuição do município de 2022, detalhando os demais registros e os controles. Apresentou os gráficos disponibilizados, apresentando considerações quanto a utilização da reserva, diante da situação do momento, em que as despesas previdências estão maiores que a receitas previdenciárias. O conselheiro Victor questionou se os parcelamentos em análise influenciariam na situação atual, sendo respondido pela assessora Fabíola que não, pois os valores que serão recebidos com os novos acordos não serão muito maiores que atualmente são pagos, apenas aumentará o prazo de pagamento, a resposta foi complementada pela presidente Rossana, que explicou que os novos acordos de parcelamento regularizaram os parcelamentos que antes eram judiciais. A assessora esclareceu ainda que os valores utilizados da reserva não afetarão o valor de reserva da construção da nova sede. Por fim, encerrou a apresentação destacando que o relatório foi aprovado pelo comitê de investimentos. O assessor Luis deu continuidade a apresentação expondo o relatório de investimentos mensais do instituto, destacando as dificuldades do mercado financeiro, apresentando como cenário: iniciando pela instabilidade econômica mundial, com crise energética na Europa, a inflação nos EUA, a taxa de juros no Brasil e a instabilidade da economia chinesa. O assessor Luis apresentou o quadro com desempenho e movimentações do patrimônio do instituto, destacando que no mês o valor da carteira do instituto fechou em de R\$ 634.803.085,59 (seiscentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e três mil, oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Quanto a distribuição dos investimentos relatou que o rendimento em renda fixa ficou em 0,49%, restando positivo ainda a rentabilidade dos fundos de ações, afirmando que os investimentos no exterior ficaram todos negativos no mês, em decorrência do cenário já apresentado. Apresentou o enquadramento legal dos investimentos que está em 66% no art. 7º, 18,28% no art. 8º, 6,77% no artigo 9º 8,74% no art. 10. Quanto aos fundos estressados PATRIA SPECIAL OPPORTUNITED e FIDC, afirmou que já apresentou os esclarecimentos referente ao fundo PATRIA SPECIAL OPPORTUNITED na última reunião, dedicando-se mais aos esclarecimentos quanto ao fundo FIDC, afirmando que se trata de fundo de investimento em direito creditório, ou seja, compra-se a dívida de outros, que foi investido em 2012, com uma participação de 2,89%, estando em processo de desinvestimento, não sendo possível recuperar o que foi investido. A conselheira Adriana perguntou o prazo de investimento, ou seja, quando é possível sair deste investimento, sendo respondido que por ser um fundo fechado não é possível deixar o investimento, sendo esclarecido pela assessora Fabiola que ao verificar o histórico de investimento no fundo, é possível constatar que o prejuízo não foi muito grande considerando o equilíbrio entre o que foi investido e o que foi rentabilizado. Quanto a prorrogação questionada pela Conselheira Adriana, respondeu que esta é uma decisão do gestor do fundo, que verifica se seria rentável continuar investindo. O Conselheiro Victor esclareceu que o



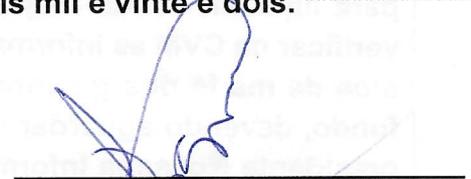
gestor informou que o prazo é até 2024 para recuperar o crédito e depois o fundo entrará em alienação. O assessor apresentou ainda informações sobre outros investimentos, apresentou o gráfico de risco e retorno. Por fim o assessor apresentou como são adotadas as decisões de investimentos, sendo iniciada pela consulta a ALM (gestão integrada de ativos e passivos que busca pela melhor alocação dos investimentos), estuda-se os fundos, verifica-se os retornos em períodos e o risco retorno, para concluir sobre a aplicação do fundo, passando pela análise do percentual a ser aplicado, conforme aponta a consultoria. A conselheira Danielle requereu que fosse registrado que nos dias 8 e 9 de setembro procurou o assessor Luís e não o encontrou, desejando naquele momento apresentar questionamentos sobre o fundo Pátria, esclarecendo ainda que ao procurar informações no site do CVM ficou com algumas dúvidas quanto a possibilidade de judicialização contra o fundo, pois o fundo já estava com problemas antes da pandemia e eles alegam a pandemia para liquidar, sendo respondido pelo advogado Francisco Caluza que é necessário verificar na CVM as informações e que é necessária a comprovação efetiva que houve atos de má fé dos gestores, não podendo apenas alegar que houve prejuízo com o fundo, devendo aguardar o prazo de fim, considerando o valor que está investido. A presidente Rossana informou que também fez tal pesquisa quanto ao fundo e que a CVM ao ser questionado posicionou-se que não houve má fé dos gestores, acrescentando o advogado Francisco Caluza que atualmente ocorreram alterações quanto a legislação referente a investimentos em fundos como estes. Encerrada a apresentação foi aberta a votação, sendo os relatórios de execução orçamentaria, finanças e investimentos aprovados por unanimidade, neste momento a Presidente Rossana apresentou suas considerações e agradecimentos a dedicação de todos os membros do CAIF e demais servidores que se empenham nos estudos dos investimentos do instituto diante de todo o cenário econômico mundial, reforçando que a dedicação de todos contribui em muito com o IPMJ. 3- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros 14 (quatorze) expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: doze aposentadorias e duas pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Heloisa Akemi Yamaguchi Iijima, Joana Rodrigues Silva, Juarez Pereira da Conceição, Reginaldo Correa de Lima, Adriana Maria de Lima Morato Ribeiro, Roberto Rodrigues, Nilza da Silva Barbosa de Oliveira, Maria Josefa da Silva, Luiz Claudio Rosa da Silva, Moisés Paulo, Elizete Noronha Lima, Maria do Socorro de Sousa Almeida; Pensões: Márcia Soares da Silva - Beneficiários: Paola Gabriele da Silva Gonçalves e João Victor Soares Rodrigues dos Santos. Houve esclarecimento quanto a retroagir o pagamento nos casos dos beneficiários de pensão, pelo Dr. Francisco Caluza, sendo sugerido pela presidente que na cartilha esta informação fique clara, para não haver prejuízos ao pensionista. Aberta a votação todos se manifestaram favoráveis a aprovação, sem nenhuma rejeição. A diretora Sandra informou que no mês houve uma reversão de aposentadoria por invalidez da servidora Juliana Cardoso Virgílio. A Conselheira Renata perguntou sobre a aposentadoria por deficiência, sendo respondido que estão aguardando a nova licitação de contratação



do perito e assistente social, entretanto ainda não houve solicitação, sendo esclarecido pelo Dr. Francisco Caluza que serão obedecidas as mesmas regras do regime geral. A conselheira Renata também perguntou o prazo para solicitação para os procedimentos de aposentadoria, sendo respondido que em média é de 60 dias, entretanto a Diretora Sandra orientou que o servidor faça uma simulação para prevenção. 5- Informes: a) Convite do evento Celebrando a Vida, para o público com mais de 60 anos; b) Convite para o curso gratuito de 04 a 06/10 com a APREPEM, contribuindo para Certificação Profissional, os membros serão convocados. A Diretora Sandra informou que o pagamento da prova de certificação será executado pelo IPMJ, não sendo mais em sistema de reembolso, o boleto deve ser encaminhado ao instituto para pagamento. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h58. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária , lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois. *****

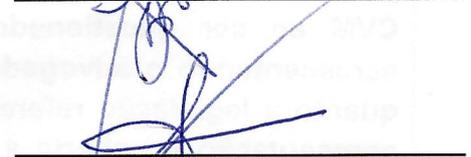
PRESIDENTE

Rossana Vasques



CONSELHEIROS

Adriana Cristina de Souza Faria



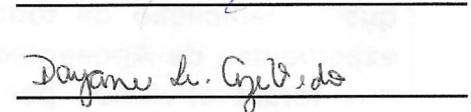
Danielle de Paula



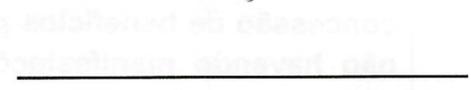
Carlos Augusto Zani



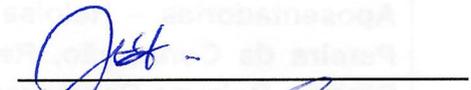
Dayane Lisboa Azevedo



Evandro Paulino de Araújo



José Edson Silva Souza



José Ricardo Vinhas



Lucieni Cristina Galvão Lázaro



Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo



Renata Ramos Vieira





Reynaldo Bueno Prianti Neto

Victor Adriano Vieira Silva